

História de Vida e Teoria Interseccional

Tais Colling¹
Andrea Poletto Oltramari²

O presente ensaio teórico tem como objetivo entender o método História de Vida como meio de compreensão dos estudos que consideram a Teoria Interseccional. Para tanto, partiu-se dos conceitos do método História de Vida como forma de compreender como categorias opressivas - gênero, raça e classe - afetam determinados segmentos populacionais sob a perspectiva da Teoria Interseccional. Adentrar as categorias opressivas significa compreender de que forma as construções sociais e de sentidos interagem e como refletem no meio social. Para tanto, se utilizar de um método que oportunize a fala da população que sofre as opressões advindas do racismo, patriarcalismo e opressão de classe é avançar no que diz respeito à interseccionalidade no campo da Administração. Conclui-se que o método História de Vida, por ser um método diversificado, com recursos abrangentes a partir do olhar do próprio sujeito que vive as categorias opressivas e conta sua história, possui grande potencial no auxílio da compreensão e estudo da Teoria Interseccional, de modo a compreender de que forma as categorias opressivas operam no meio social e não apenas constatando-as.

Palavras-chave: Teoria Interseccional; História de Vida; Interseccionalidade.

Life Story and Intersectional Theory

The present theoretical essay aims at understanding Life Story method as a means of understanding the studies that consider the Intersectional Theory. In order to do so, it was based on the concepts of the Life Story method as a way of understanding how oppressive categories - gender, race and class - affect certain population segments from the perspective of Intersectional Theory. Entering oppressive categories means understanding how social constructs and senses interact and how they reflect in the social environment. For that, if we use a method that makes the speech of the population that suffers the oppressions of racism, patriarchy, and class oppression, it is possible to advance in terms of intersectionality in the field of Administration. It is concluded that Life Story, being a diversified method, with comprehensive resources from the perspective of the subject who lives the oppressive categories and tells their story, has great potential in aiding the understanding and study of Intersectional Theory, allowing a better comprehension of how the oppressive categories operate in the social environment, and not only by pointing at them.

Keywords: Intersectional Theory; Life Story; Intersectionality.

1. Introdução

O presente trabalho possui como objetivo entender o método História de Vida como meio de compreensão dos estudos que consideram a Teoria Interseccional. Para tanto, partiu-se dos conceitos teóricos do método História de Vida como base de compreensão de aspectos objetivos e subjetivos

¹ Mestra e doutoranda em Administração Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS). Endereço: Av. Pátria, 261 - Centro. Carazinho - RS CEP: 99500-000. Email: taiscolling@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9217-8580>.

² Doutora em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS). Professora Visitante do SOCIUS/ISEG/Universidade de Lisboa. Endereço: Rua Washington Luiz, 855, Centro Histórico, Porto Alegre - RS. CEP: 90010-460. Email: andrea.oltramari@ufrgs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5897-2772>.

<http://dx.doi.org/10.21714/2237-51392019v23n2p059069>.

Artigo recebido em 14/12/2018 e aprovado em 21/05/2019. Artigo avaliado em *double blind review*.

Editora responsável: Isabel de Sá Affonso da Costa



inerentes a determinados grupos sociais sob a perspectiva da Teoria Interseccional. Tomaram-se, como ponto de partida dos estudos sobre a Teoria Interseccional nesta pesquisa, as categorias de opressão e discriminação assinaladas por Kimberlé W. Crenshaw, responsável pela primeira utilização do termo.

Crenshaw (1989) cunhou o termo “interseccionalidade” com o intuito de demonstrar uma problemática tendenciosa de abordar raça e gênero como categorias reciprocamente exclusivas de experiência e análise. Tal reflexão teve como origem o “*Black Feminism*”, onde pesquisadoras e ativistas criticavam a comparação singular entre mulheres brancas e negras sob mesmas experiências e opressões. A partir de então, as categorias interseccionais receberam contribuições ao longo dos anos remetendo a uma teoria transdisciplinar objetivando compreender identidades e desigualdades sociais para além de raça, gênero e classe (HIRATA, 2014). Nesse sentido, Bilge (2009) despreza a hierarquização de opressões advindas de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, deficiência, idade e orientação sexual, visando ir além da simples constatação de sistemas de opressões.

Para tanto, Crenshaw (1989) usou a palavra interseccionalidade para determinar a interdependência das relações de poder entre gênero, raça e classe. Segundo essa autora, era de suma importância o conhecimento de que as mulheres negras não poderiam ser percebidas por um viés singular que as colocava no mesmo nível das mulheres brancas, necessitando ter um olhar que abarcasse as opressões quando, além de ser mulher, se é negra. Contudo, Crenshaw (2004) emprega a interseccionalidade como conceituação do problema que visa capturar as implicações oriundas de categorias subordinativas, tratando a maneira pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Adentrar as categorias opressivas significa compreender de que forma as construções sociais e de sentidos interagem e como refletem no meio social. Para tanto, a utilização de um método de pesquisa que possa contribuir de forma efetiva na compreensão de aspectos subjetivos e objetivos é avançar no que diz respeito à interseccionalidade no campo da Administração. Nesse sentido, o método História de Vida tem como premissa a narrativa de histórias a partir de registros escritos, com base em histórias individuais de uma vida inteira, a partir de sua coleta por mediação de entrevistas (LOPES, PAULA; 2016). Indo além, para Nogueira et al. (2017), a História de Vida é o meio pelo qual se dá a construção de conhecimento através da escuta atenta do pesquisador. Para esses autores, o processo diz da relação entre pesquisador e aquele que conta sua história, tendo como ponto importante o vínculo de confiança que é lapidado ao longo dessa interação.

No campo da Administração, o método História de Vida tem sido utilizado por pesquisadores como Lopes (2013), Colomby (2016) e Closs (2009), que procuraram compreender trajetórias de vida a partir de uma leitura mais abrangente, tendo como relação o contexto de trabalho. Já a interligação entre raça, gênero e opressão de classe é tema recorrente nos trabalhos de feministas negras como Davis (1983), Hooks (1982), Collins (2016), Smith (2008), Ribeiro (2017) e Carneiro (2011). Para compreensão do fenômeno interseccional, é importante demonstrar a importância desse conceito que vem sendo utilizado por mulheres negras, ativistas e militantes há mais de um século, mas que somente assumiu notoriedade quando, em 1989, Crenshaw o utilizou como centro de sua tese.

Refletir sobre a interseccionalidade auxilia a compreender e verificar que tal teoria nunca foi dada como acabada, muito menos se trata de um tema exaurido em termos de estudo. É uma análise sempre em progresso, por suas articulações e movimentos, existindo potencialmente categorias opressivas que ainda preocupam e devem ser direcionadas a estudo e análise, movendo, assim, a interseccionalidade para contextos inexplorados (CARBADO et al., 2013).

Para tanto, ao longo do texto objetivou-se incitar a seguinte reflexão: Como se dá o entrelaçar do método História de Vida e a Teoria Interseccional como meio de estudo e compreensão de

opressões sociais? Como forma de apoio teórico, na sequência serão abordados conceitos e definições de História de Vida e Teoria Interseccional.

2. Método História de Vida

A História de Vida tem se mostrado, nas últimas décadas, um importante método para análise organizacional. Seus resultados têm revelado grande potencial para o desenvolvimento teórico do campo da Administração, principalmente nos estudos sobre gênero, cultura, poder e mudança (MAGESTE; LOPES, 2007). Seu posicionamento metodológico se enquadra em uma abordagem qualitativa, uma vez que tal método não se debruça em dados quantitativos, mas em estudos da experiência humana, compreendendo de que forma as pessoas interagem, interpretam e constroem seus sentidos (OLIVEIRA, 2007).

A pesquisa em história de vida se inicia nos primórdios do século XX, com a Escola de Chicago (EUA), quando os relatos biográficos passaram a assumir status de material de pesquisa sociológica. A partir de então, as histórias de vida sofreram percalços em seu desenvolvimento, como resultado, principalmente, do predomínio da filosofia positivista nas ciências sociais, ocorrido após a Segunda Guerra Mundial. Posteriormente à década de 70, inicia-se uma utilização mais abrangente do método, que passou a galgar um novo patamar epistemológico. A partir de então, as histórias de vida passaram a considerar não apenas os indivíduos, mas, também, a análise sociológica de grupos (LOPES, PAULA; 2016).

As várias nomenclaturas utilizadas para história de vida como, por exemplo, autobiografia, biografia, narrativa de história de vida, narrativa oral, narrativa de vida, entre outros, devem-se a sua utilização em disciplinas como antropologia, sociologia, psicologia, história, medicina, ciência política e literatura (CLOSS; ANTONELLO, 2011). Para Nogueira et al. (2017), as metodologias qualitativas são construídas na ciência moderna a partir de períodos históricos, sendo os métodos constituídos e reconstituídos pelo pesquisador-caminho-mundo.

O método tem seu início com o desejo do entrevistado de contar sua vida, sendo esse sujeito selecionado a partir das relações já desenvolvidas pelo pesquisador no contexto. É a partir da relação que vai sendo firmada – o vínculo, a confiança, a construção de sentidos – que o método se desenvolve (SILVA et al., 2007). A história de vida trata-se de um registro escrito, baseado em narrativas individuais de uma vida inteira, sendo essa coletada por intermédio de entrevistas (DENZIN, 1989).

Assim, o papel do pesquisador é o de desvendar as relações imbricadas nos meios sociais: sua profissão, sua camada social, sua sociedade global, buscando apreender algo que se insere nas comunidades às quais ele pertence, indo além do caráter individual do que é transmitido (OLIVEIRA; CLOSS, 2013). Constitui-se em depoimentos aprofundados onde se procura restaurar, por meio de conversas, a história do indivíduo desde sua infância até os dias atuais (COLOMBY et al., 2016). Para Oliveira e Closs (2013), através de tal método vislumbra-se auxiliar a compreensão de aspectos objetivos – contexto econômico, político, histórico e social – e subjetivos, a exemplo de papel do espaço, do tempo e das emoções, culminando em construções sociais e de sentido, inerentes aos indivíduos e coletividades situados em contextos específicos.

Para Nogueira et al. (2017), a pesquisa com histórias de vida é uma construção de saberes a partir do relacionamento entre dois atores: pesquisador e sujeito pesquisado – pelo pesquisador, como método que presume a existência de vínculo; pelo sujeito, como elemento da pesquisa que narra sua história, em um determinado momento de sua vida. Assim, as memórias contadas através das narrativas são as principais matérias desses estudos. Ademais, devem-se considerar os silêncios, as falhas de memórias, a linguagem não verbal que, também, irão compor os dados de análise (SILVA; BARROS, 2007).

Colomby et al. (2016) afirmam que os artigos oriundos de tal método demonstram diferentes perfis e grupos de entrevistados, mas, no entanto, em sua maioria, mostram em comum o estudo de sujeitos e grupos considerados minoritários ou fora da corrente dominante dos estudos organizacionais, mostrando, dessa forma, a busca por outros campos, organizações e grupos de estudo também com um objetivo crítico, político e social. Nesse sentido, o método História de Vida direciona os pesquisadores à retórica do lugar de fala, que tem em seu seio o fim da mediação, fazendo dos sujeitos entrevistados os protagonistas de suas próprias vidas. O lugar de fala é utilizado por ativistas e militantes como uma forma de contrariar o silenciamento de grupos oprimidos e fragilizados por movimentos sociais opressivos. Na prática, tal conceito pode ser utilizado como forma de escutar novas narrativas de legitimação social vivenciadas de forma real por determinados grupos sociais. Escutar narrativas de pessoas que vivenciaram preconceitos e discriminações é uma forma de compreender como as interações opressivas acontecem e de que forma elas incidem sobre a sociedade.

Dessa forma, as histórias de vida implicam uma complexidade na medida em que aprovam o ingresso “pelo interior” a uma realidade que perpassa o narrador e o modifica. Nesse caso, trata-se de uma possibilidade enriquecedora de apreender o vivido social e o sujeito em suas práticas, a fim de investigar a forma pela qual ele acorda as condições sociais que lhe são próprias, construtoras do seu mundo, que é, juntamente, por ele construído (BARROS; LOPES, 2014). O relato colhido é a forma de como o entrevistado oferece caminhos a outras dimensões, a ponte entre o sujeito e o coletivo. Ao contar sua vida, o sujeito fala de seu contexto, fala do processo por ele experimentado, intimamente ligado ao meio social onde ele se encontra alocado (SILVA et al., 2007).

Não obstante, conceituado o método História de Vida, parte-se, na próxima seção, para o aprofundamento teórico da Teoria Interseccional como forma de imbricar método e teoria na busca por melhor análise.

3. Teoria Interseccional

O conceito de interseccionalidade vem sendo trabalhado por mulheres negras há mais de um século, e ganhou maior atenção quando a crítica e teórica estadunidense Kimberlé Crenshaw o utilizou como marco teórico em seu ensaio. O termo interseccionalidade foi por ela empregado para determinar a interdependência das relações de poder de raça, gênero e classe. Crenshaw teve como intuito corroborar uma problemática tendenciosa de abordar raça e gênero como categorias reciprocamente exclusivas de experiência e análise (CRENSHAW, 1989). Atualmente, o termo interseccionalidade vem sofrendo contribuições em consequência de aprofundamentos teóricos de pesquisadoras e ativistas em função de novas articulações e movimentos.

A problemática da interseccionalidade foi vigorada em países anglo-saxônicos tendo como ponto inicial a herança do *Black Feminism* desde a década de 90, dentro de um quadro interdisciplinar por Crenshaw e demais pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs. A crítica se voltou de forma severa e de maneira contrária ao feminismo branco, de classe média, heteronormativo (HIRATA, 2014), onde as pesquisadoras dissertavam que experiências de ser mulher não podem ser compreendidas pelo viés singular de ser mulher ou de ser negra, devendo-se ter um olhar que incluía as interações que reforçam as opressões (CRENSHAW, 1989).

Nesse sentido, Crenshaw cunhou a palavra “interseccionalidade” no ano de 1989 em seu ensaio *“Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”*, enfatizando a incidência de opressões sofridas por mulheres negras nas mais diversas interações sociais. Para ela, era de suma importância a percepção de que as mulheres negras não poderiam ser compreendidas por um olhar singular que as colocava no mesmo patamar das mulheres brancas, devendo ter um viés que incluísse

as interações que reforçam as opressões que, além de ser mulher, se é negra. Para tanto, Crenshaw (2004) utiliza a interseccionalidade como conceituação do problema que visa capturar as implicações estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da maneira pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Poucos anos depois de seu ensaio seminal, Crenshaw (1991), em *"Mapping the Margins: Intersectionality Identify Politics, and Violence Against Women of Color"* evidenciou as formas políticas e organizacionais em torno da violência contra as mulheres. Nesse trabalho, disserta que experiências enfrentadas por mulheres negras não são consideradas dentro das fronteiras tradicionais da raça ou discriminação de gênero, explorando as várias maneiras pelas quais raça e gênero se cruzam para moldar os aspectos estruturais, políticos e representacionais da violência contra as mulheres não-brancas.

O conceito de interseccionalidade é também utilizado por Bilge (2009), onde diz remeter a uma teoria transdisciplinar que objetiva apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por meio de um panorama integrado. Tal teoria despreza o enclausuramento e a hierarquização da distinção social que são: sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. Contudo, Hirata (2014) diz que, com a categoria da interseccionalidade, Crenshaw focaliza sobretudo as interseções da raça e do gênero, abordando de forma parcial classe ou sexualidade. Indo além, Oliveira (2017) disserta sobre a intersecção entre homofobia e racismo ainda ser pouco discutida no Brasil, pois os estudos sobre relações raciais têm negligenciado a situação dos homens homossexuais, da mesma forma que os estudos de gênero têm dado precária atenção às questões de raça. Dessa forma, o presente ensaio parte de um conceito de mulher mais amplo, considerando não apenas as mulheres que nasceram biologicamente com útero, mas, também, as transexuais.

Ainda, como forma de reflexão histórica de desigualdade social, Angela Davis, uma das pioneiras em discutir gênero dentro do movimento negro, traz em sua obra *"Gênero, Raça e Classe"* de 1983, uma visão do movimento antiescravista e do nascimento dos direitos das mulheres sob um olhar norte-americano utilizando um viés interseccional. No livro, Davis traz experiências vivenciadas pelas mulheres negras durante a escravatura – trabalho duro junto de seus homens, igualdade dentro da família, resistência, violência sexual e física – que as moldaram em uma personalidade diferenciada, afastadas da maior parte das mulheres brancas. O processo de exclusão e opressão que incide sobre as mulheres negras convencionam elementos do racismo, do machismo e dos preconceitos de classe, o que as colocam em condição de exploração tanto nas relações de trabalho quanto na esfera da sexualidade (MALTA; OLIVEIRA, 2016). Nesse sentido, os efeitos imbricados de gênero, raça e classe resultam em um desprivilégio social, ficando as mulheres negras, por vezes, na base na hierarquia social. Para Malta e Oliveira (2016), o racismo justificou a escravidão e o trabalho forçado. Concomitante a isso, o machismo condicionou as mulheres negras a ocuparem os papéis mais subalternizados da sociedade, ficando elas responsáveis pelos cuidados com a casa e filhos, por vezes, não reconhecidos como trabalho.

Ademais, o questionamento realizado por Carneiro (2003) em *"De que mulheres estamos falando?"* remete a uma diversidade de imperativos sociais, principalmente aos abordados por essa autora no que se refere às necessidades das mulheres negras em um contexto histórico marcado pela exploração sexual e do trabalho. A reflexão sobre a diversidade das mulheres, excluindo uma categoria universal - negras, brancas, indígenas, lésbicas, transexuais, questões geográficas e sociais - é de suma importância para se ir além de um construto social unificado e legitimado. Nesse sentido, existem outros conjuntos de discriminação que passam a atingir com maior intensidade determinados grupos e regiões. A interseccionalidade aponta que nem sempre se trabalha com diferentes grupos de

peessoas, mas, sim, com grupos sobrepostos. Ao observar o meio social, as sobreposições de mulheres negras, pobres, com seu etarismo, ou por terem alguma deficiência, são as mais oprimidas e as mais discriminadas pelas práticas tradicionais de direitos civis e humanos (CRENSHAW, 2004).

Para Hirata (2014), o interesse teórico e epistemológico de imbricar sexo e raça, por exemplo, fica evidente em pesquisas que não consideram apenas as diferenças entre homens e mulheres, mas as diferenças entre homens brancos e negros; e mulheres brancas e negras. Tal consideração passa a explicar o diferente acesso às políticas públicas, ao mercado de trabalho bem como as questões salariais entre sexo e raça diferenciados do formato hegemônico-estruturante no meio social. Dessa forma, faz-se uma reflexão que o sentido da teoria interseccional não é apenas constatar as categorias de opressão e discriminação sofridas por grupos socialmente menos privilegiados, mas, também, de compreender e questionar de que forma isso acontece e qual a sua repercussão no meio social.

Os problemas sociais advindos da discriminação de raça, classe e gênero historicamente oprimidos são resultados da exploração capitalista embasada em divisões sexuais, raciais e sociais do trabalho. Contudo, pensar em um determinado grupo social dissociado de interseções determinantes é desconsiderar fatores essenciais da construção da identidade de determinado grupo que acabam por determinar posições sociais em toda conjuntura econômica, política e social. Assim, dadas a diversidade de campos de estudo e as diferentes influências teóricas, seria importante tratar a interseccionalidade como algo que ainda deva ser ajustado e completado conforme as áreas de estudo, aceitando sua utilização plural (BILGE, 2009).

Por fim, como forma de responder à pergunta norteadora, de como se dá o entrelaçar do método História de Vida com a Teoria Interseccional como meio de estudo e compreensão de opressões sociais, a sequência traz a conversa entre método e teoria objetivando compreender onde os dois conceitos se encontram.

3.1. O diálogo entre Método e Teoria

O objetivo do presente ensaio foi entender o método História de Vida como meio de compreensão dos estudos que consideram a Teoria Interseccional. Para tanto, o estudo partiu do método História de vida como base metodológica para pesquisas que consideram a Teoria Interseccional. O entrelaçar de método e teoria se deu a partir da literatura, quando a Teoria Interseccional diz não apenas constatar a multiplicidade de opressões sofridas por determinado grupo social (BILGE, 2009), ao passo que a História de Vida fala pela busca e compreensão de aspectos objetivos e subjetivos das constituições sociais (OLIVEIRA; CLOSS, 2013).

O método História de vida traz a construção do conhecimento por intermédio de “contar sua história”, buscando compreender os fatos sociais sob a perspectiva do sujeito. Além disso, a partir das histórias coletadas, objetiva-se compreender a realidade sócio-histórica na qual os indivíduos estão alocados, objetivando mostrar como esses, ao mesmo tempo em que a modificam, são alterados por ela, bem como compreender como as questões sociais surgem nas práticas individuais, e vice-versa (COLOMBY et al., 2016). Tal método vai ao encontro dos objetivos de estudo de Crenshaw (2004), onde essa autora intenciona pesquisas que identifiquem a discriminação racial e de gênero, de modo a compreender melhor como essas discriminações operam juntas, limitando de forma direta as chances de sucesso das mulheres negras.

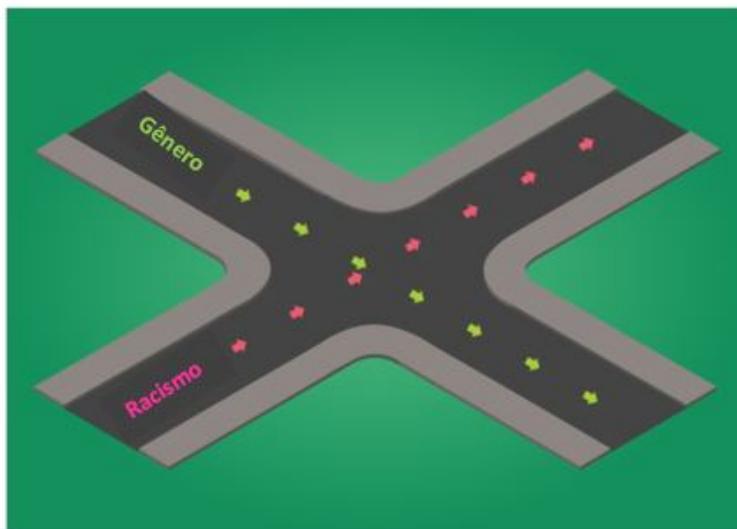
O (re)contar a história de vida se imbrica no que Habermas (2009) conceitua como experiência da reflexão, que remete para o conhecimento do espaço ao redor e o autoconhecimento. Nesse sentido, os entrevistados conseguem, através de seus relatos, a reflexão e compreensão de sua situação, por vezes, de desfavorecimento social, oriunda de condições de opressão e discriminação de uma estrutura social hegemônica. Crenshaw (1989) defende a ideia de que não se pode categorizar de forma singular as opressões, de modo a reconhecer que as experiências cotidianas de mulheres negras

não podem ser consideradas separadamente em escalas de discriminação racial ou de gênero. Para tanto, é importante considerar não somente a constatação de categorias de análise, mas, também, de que forma tais categorias influenciam no processo de emancipação social.

Crenshaw (2004) ainda fala das expectativas de estudos sobre gênero e raça, ao abordar disparidades realmente vividas por mulheres negras no contexto diário, utilizando-se da vivência interseccional. Para tanto, o método História de Vida permite trazer a história contada da maneira própria do sujeito, de acordo com suas vivências e experiências, fazendo uma ponte entre o individual e o social (SILVA et al., 2007). Para além da interseccionalidade de gênero, raça e classe, pontos ligados a grupos indígenas, lésbicas, transexuais, questões geográficas e sociais podem ser mais bem compreendidos por intermédio de narrativas do próprio sujeito, buscando entender o universo que está ao seu redor sob sua própria perspectiva.

Para uma melhor compreensão de como interagem os sistemas opressivos no meio social, Crenshaw (2004) procurou ilustrar através da imagem de uma pessoa em uma interseção. Ela visualizará ruas que seguem em direções diferentes – norte-sul, leste-oeste, cruzando umas com as outras. A autora denomina tal situação como eixos da discriminação, dissertando que é possível pensar sobre a discriminação racial como uma rua que segue do norte ao sul. E, ainda, é imaginável pensar sobre a discriminação de gênero como uma rua que cruza a primeira na direção leste-oeste. Crenshaw ilustra, na Figura 1, os carros que trafegam na interseção, representando a discriminação ativa e as políticas contemporâneas que excluem indivíduos em função de sua raça e gênero.

Figura 1 – Interseção de Crenshaw



Fonte: Crenshaw (2004).

Para Crenshaw (2004), se uma pessoa estiver no meio de uma interseção, ela poderá antever que acontecerão colisões e que possivelmente estará no meio desse embate. As colisões que afetam as mulheres negras mencionadas pela autora se referem à discriminação contra grupos específicos, mais precisamente, às discriminações que procuram mulheres peculiares, que são interseccionais. Outro tipo de discriminação relatada pela autora seria a mista ou composta, se referindo ao efeito combinado da discriminação racial e de gênero. E, por último, a estrutural, quando não há qualquer discriminação ativa. O que ocorre, em última instância, é o peso mesclado das estruturas de raça e gênero marginalizando as mulheres que estão na base.

Na Figura 2, incluímos a mulher negra na intersecção de Crenshaw para uma melhor compreensão de como o meio social influencia sua trajetória de vida. A mulher inserida no meio social, ao trafegar nas estruturas estabelecidas, é passível de discriminações e opressões advindas de um construto social legitimado e reproduzido. Contar sua história a partir de experiências cotidianas é capaz de auxiliar a compreensão de categorias opressivas e de como elas interagem. Nesse sentido, a história de vida não se trata somente de uma visão do sujeito e de suas características, mas, também se constitui a partir do convívio social e suas influências. A partir de estudos de relatos de vida é possível apreender o que acontece na encruzilhada da vida do sujeito com o meio social (QUEIROZ, 1988).

Figura 2 – Intersecção de Crenshaw adaptada



Fonte: Adaptado de Crenshaw (2004).

Dessa forma, a compreensão teórica e a prática vivenciada em sociedade são capazes de direcionar ao lugar de escuta e ao lugar de fala, proporcionando que as narrativas de mulheres negras, lésbicas, indígenas, transexuais possam ser reconhecidas nos discursos e nos movimentos sociais. Nesse sentido, grupos socialmente favorecidos podem auxiliar a diminuir a opressão vivenciada por grupos desfavorecidos a partir do reconhecimento de privilégios, luta por direitos universais, compreensão e entendimento de como as categorias opressivas surgem e se inter-relacionam.

Carneiro (2011) ainda relata que o racismo estruturante possui como característica a determinação de hierarquias de gênero, sendo necessária uma luta feminista que crie subsídios eficazes contra a opressão e a reprodução do discurso hegemônico. Davis (2011) vai além, enfatizando, em sua fala, a necessidade de compreender que classe informa a raça, da mesma forma que gênero informa a classe. Raça é a forma como a classe é vivida, da mesma maneira que gênero é o jeito como a raça é vivida. Para essa autora, é necessário refletir para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a se dar conta que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas.

Escutar os grupos relacionados na Teoria Interseccional é uma forma de outras vozes serem ouvidas a partir da sua própria narrativa, buscando seu espaço e reivindicações que, por vezes, são silenciados. A Teoria Interseccional imbricada ao método História de Vida pode ser uma forma de

compreensão a partir da fala e não do silenciamento opressivo, transformando práticas teóricas em práticas sociais.

Contudo, pode-se perceber através do aprofundamento teórico do método História de Vida e Teoria Interseccional, que o imbricar de ambos traz vantagens na busca pela constatação de categorias de análise e na compreensão de seus reflexos no meio social. Tal reconhecimento e reflexão podem ser considerados a partir do lugar de fala, com o fim da mediação de experiências e opressões.

4. Considerações Finais

Considerando o diálogo entre método e teoria, pode-se concluir que a utilização de meios que expressam vivamente as experiências cotidianas de opressão e discriminação de grupos socialmente menos privilegiados culminam na dialética de reflexão e esclarecimento quanto ao seu próprio modo de construção social advindos do contexto em que estão inseridos.

A composição de estudos por meio do contar sua história, forma pelo qual se busca interpretar o ponto de vista do sujeito sobre si e os fatos sociais, é amplamente embasado na capacidade do indivíduo de analisar sua historicidade e transformação social (COLOMBY et. al.; 2016). Pensar em Teoria Interseccional e História de Vida, é relacionar a constatação de categorias opressivas ao modo reflexivo de como tais categorias surgem e de que forma elas contaminam o meio social.

Lopes e Paula (2016) destacam como contribuição do método História de Vida o fato da percepção ativa do sujeito, que participa vivamente no processo de construção da pesquisa, inclusive da análise. Essas autoras afirmam que tal método está a caminho de um novo estágio da ciência, no qual descentraliza do pesquisador sua condição de detentor dos conhecimentos explicativos, o que implica uma nova postura do pesquisador, não somente em relação à pesquisa, mas, também, em relação a sua posição e função na sociedade. Pensar sobre questões interseccionais auxilia no entendimento de que a Teoria Interseccional ainda não foi findada, sendo um estudo que carece avanços e novos olhares por existirem categorias opressivas que ainda necessitam de análises (CARBADO et al., 2013).

No que se refere a futuras pesquisas, sugere-se explorar as barreiras estruturais enfrentadas pelas mulheres negras no Brasil, inserindo uma visão interseccional nos diálogos sobre gênero, raça, classe e carreira, enfatizando a não problematização e discussão de classe e raça, que são essenciais para análises de carreira em países com grande miscigenação e desigualdade social, como o Brasil (ROCHA-DE-OLIVEIRA; FRAGA, 2017). Para além disso, cabe investigar a presença da mulher participativa no Brasil, pelo olhar da sub-representatividade feminina na carreira política, colocando em pauta a realidade da mulher negra e ressaltando a influência que a questão racial possui nas relações de trabalho.

Conclui-se que o método História de Vida, por ser um modo diversificado, com recursos abrangentes a partir do olhar do próprio sujeito que vive as categorias opressivas e conta sua história, possui grande potencial no auxílio do entendimento e estudo da Teoria Interseccional, de modo a compreender de que forma as categorias opressivas operam e não apenas de constatar sua existência.

Referências

- BARROS, V. A.; LOPES, F. T. Considerações sobre pesquisa em história de vida. In: SOUZA, E. M. (Org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: EdUFES, 2014, p. 41-63.
- BILGE, S. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogène*, France, v. 225, n. 1, p.70-88, 2009. CAIRN. <http://dx.doi.org/10.3917/dio.225.0070>.

- CARBADO, D. W. et al. Intersectionality: Mapping the movements of a theory. **Du Bois Review**, v. 2, n. 10, p. 303-312, 2013.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 Jan 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>.
- CARNEIRO, S. **Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/?gclid=Cj0KCCQjw9JzoBRDJARIsAGcdIDUVFeFPxWS7obg6G9EZT5aoneD-qvGmKwYjHhaz61da0W0mXQU4IccaArpIEALw_wcB>. Acesso em: 23 jan. 2018.
- COLOMBY, R. K. et al. Histórias de vida como um caminho metodológico em estudos organizacionais: Um estudo bibliométrico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4, 2016, Porto Alegre. **Anais...**. Porto Alegre: CBEO, 2016.
- COLOMBY, R. K. **Antes e depois do diagnóstico: o trabalho na história de pessoas que vivem com HIV**. 2016. 205 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.
- CLOSS, L. Q. **Transformações contemporâneas e suas implicações nos processos de aprendizagem de gestores**. 2009. 257 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- CLOSS, L. Q.; ANTONELLO, C. S. O uso da história de vida para compreender processos de aprendizagem gerencial. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 4, n. 12, p.44-74, 2011.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Soc. Estado.**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University of Chicago Legal Forum** 1, Chicago, p.139-166, 1989.
- CRENSHAW, K. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 46, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **VV. AA. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.
- DAVIS, A. **Women, race & class**. Great Britain: The Women's Press, 1983. 171 p.
- DENZIN, N. **Interpretive biography**. Newbury Park, CA: Sage, 1989.
- HABERMAS, J. **A lógica das ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- HOOKE, B. **Ain't I a woman: Black women and feminism**. London: Pluto, 1982.
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.
- LOPES, F. T. **Entre o prazer e o sofrimento: histórias de vida, drogas e trabalho**. 2013. 192 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- LOPES, F. T.; PAULA, A. P. P de. Conte-me sua história? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS - EnEO, 9, 2016, Belo Horizonte. **Anais...**, Belo Horizonte: Anpad, 2016.
- MAGESTE, G. S.; LOPES, F. T. O Uso da História de Vida nos Estudos Organizacionais. In: Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade - EnEPQ, 1, 2007, Recife. **Anais...**, Recife: Anpad, 2007.

MALTA, R. B.; OLIVEIRA, L. T. B. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **Gênero**, v. 6, n. 12, p.55-69, 2016.

NOGUEIRA, M. L. M. et al. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 2, n. 12, p. 466-485, 2017.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: Tipos, técnicas e características. **Travessias**, v. 2, n. 3, p. 1-16, 2008.

OLIVEIRA, M. R. G. **O Diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. 2017. 192 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

QUEIRÓS, M. I. P. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: Von SIMSON, O. M. (Org.). **Experimentos com história de vida**. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1988.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, S.; CLOSS, L. História de Vida e Trajetórias Profissionais: Uma Proposta Interdisciplinar para os Estudos de Carreira. In: Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho - EnGPR, 4, 2013, Brasília. **Anais...** Brasília: Anpad, 2013.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, S., FRAGA, A. M. Tempo, Contexto, Agência e Sentido: Retomando classe social para a discussão de carreira. In: Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho - EnGPR, 6, Curitiba, 2017. **Anais...** Curitiba: Anpad, 2017.

SILVA, A. P. et al . "Conte-me sua história": Reflexões sobre o método de história de vida. **Mosaico: Estudos Em Psicologia**. v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007.

SMITH, B. Racisme et études féministes. In: DORLIN, E.; WALLACE, M. **Black feminism: anthologie du féminisme africain-américain, 1975-2000**. Paris: L'Harmattan, 2008.